

RELATÓRIO DE OFICINA PARTICIPATIVA	
INFORMAÇÕES GERAIS	
<p>Tema da Oficina: Oficina Participativa de Consulta, Livre Prévia e Informada – CLPI.</p> <p>Objetivo da Oficina: Consolidação com o povo Indígena Javaé (ICAPIB) do Programa Jurisdicional de REDD+ do Estado do Tocantins.</p> <p>Comunidade: Povo Indígena Javaé (icapib), aldeias: Boa Esperança, Barreira Branca, Cristo Rei, Wariwa, Imotxi 1, Taimy, Waotyma, Wari-Wari, Wajukabu, Cachoeirinha, Txuadé, Imotxi 2, Wanoanã, Aorotory, São João, Bela Vista e Horotory.</p> <p>Local: Chácara Triunfo - Formoso do Araguaia.</p> <p>Data: 25 de setembro de 2025.</p> <p>Duração: 1 dia.</p>	
EQUIPE ENVOLVIDA	
<p>Moderador (a): Não se aplica</p> <p>Relator (a): Bárbara Cruz</p> <p>Facilitador (a) Gráfico: Não se aplica</p> <p>Técnico (a) em Comunicação: Equipe Public</p> <p>Recreador (a): Sávio Danrley</p> <p>Articulador (a) Comunitário(a): Micael Javaé</p> <p>Representante do Poder Público: Marli Santos, Isabel Acker e Fábio Henrique (SEMARH), Ricardo Javaé (SEPOT)</p> <p>Outros participantes com papel relevante: Bárbara Cruz, Roseneide Sena, Ana Paula Mendes, Kohalue Karajá e Ivan Guarany (Consultores TOCAR).</p>	
DIA 01: QUINTA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 2025	
PARTICIPANTES	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Weiru Javaé (Aldeia Boa Esperança) 2. Lucirene Javaé (Aldeia Boa Esperança) 3. Sebastião (Aldeia Boa Esperança) 4. Paulo Ricardo Javaé (Aldeia Boa Esperança) 5. Walder Javaé (Aldeia Barreira Branca) 6. Sthefane Axiwaru Javaé (Aldeia Boa Esperança) 7. Antônio Javaé (Aldeia Barreira Branca) 8. Márcio Javaé (Aldeia Barreira branca) 9. Alex Javaé (Aldeia Cristo Rei) 10. Alcides Maluaré Javaé (Aldeia Wariwa) 11. Kosi Javaé (Aldeia Imotxi 1) 12. Reillayne Matiwiru Javaé (Aldeia Imotxi 1) 13. Williams Warakami Javaé (Aldeia Imotxi 1) 14. Arakae Tapirapé (Aldeia Imotxi 1) 	

15. Carla Diwalcia Javaé (Aldeia Imotxi 1)
16. Bárbara Javaé (Aldeia Imotxi 1)
17. Edivaldo I. Javaé (Aldeia Imotxi 1)
18. Davi Tahãre Karajá (aldeia ilegível)
19. Waira Javaé
20. Batenor Javaé (Aldeia Taimy)
21. Marcio W. Javaé (Aldeia Taimy)
22. Edivaldo Júnior T. Javaé (Aldeia Imotxi 1)
23. Ludmila W. Javaé (Aldeia Waotyma)
24. Poliana Heryde Javaé (Aldeia Wari-Wari)
25. Kutaria Javaé (Aldeia Wari-Wari)
26. Wakari Mahaku Javaé (Aldeia Wari-Wari)
27. Ikaika Javaé (Aldeia Boa Esperança)
28. Cleia Oliveira M. Javaé (Aldeia Boa Esperança)
29. Wairama Kiweleloi Watajé Javaé (Aldeia Boa Esperança)
30. Rodrigo W. Javaé (Aldeia ilegível)
31. Ketlin Diweruriti Javaé (Aldeia Wajukabu)
32. Daniela Javaé (Aldeia Wajukabu)
33. ILEGÍVEL (Aldeia Cachoeirinha)
34. Xurerea Javaé (Aldeia Txuade)
35. Emerson Waixa Javaé (Aldeia Imotxi 1)
36. Dorivaldo Icati Javaé (Aldeia Imotxi 1)
37. Bisawaro Javaé (Aldeia Txuadé)
38. Koriheru Javaé (Aldeia Imotxi 2)
39. Rosenaldo Javaé (Aldeia Imotxi 2)
40. Waihare Javaé (Aldeia Imotxi 2)
41. Gabriel Javaé (Aldeia Boa Esperança)
42. Luiz Neto Woreké Javaé (Aldeia Boa Esperança)
43. Hatiaira Wataju Javaé (Aldeia Boa Esperança)
44. Maurício Tuxá (Aldeia Canoana)
45. João Evangelista Tuxá (Aldeia Wanoanã)
46. Natalia Karajá (Aldeia ILEGÍVEL)
47. Hydjari Karajá (Aldeia ILEGÍVEL)
48. Searlys M. Prado (Aldeia ILEGÍVEL)
49. Luciana K. Lima Javaé (Aldeia Aorotory)
50. Antônio Salvador Prado (Cristalândia)
51. Temokuira Javaé (aldeia Horotory)
52. Renata Mandiru Javaé (aldeia Barreira Branca)
53. Rone S. Carvalho (aldeia Barreira Branca)
54. Valdemar Filho Javaé (aldeia Barreira Branca)
55. ILEGÍVEL (aldeia São João)
56. Valter Ibehuki Javaé Neto (aldeia Bela Vista)
57. Martielle Mesquita Gloria (aldeia Boa Esperança)
58. Glaucia Mahederu Javaé (aldeia Boa Esperança)
59. Wahuka Wakari Javaé (aldeia Boa Esperança)
60. Gilson Wiana Pereira (aldeia Boa Esperança)
61. Carlos Javaé (aldeia Horotory)

Período da Manhã

A reunião iniciou às 10h50 com as falas das lideranças. O cacique Ixati, presidente da ICAPIB, e o vereador Micael Javaé agradeceram a presença de todas as aldeias, informando que a aldeia Bela Vista ainda estava a caminho, mas que em breve se

juntariam ao grupo. Ressaltaram a importância daquele momento para esclarecer as últimas dúvidas, já que seriam escolhidos os representantes para a audiência em Palmas. Relembrou que já haviam sido realizadas oficinas em Sandolândia, Formoso e Lagoa da Confusão, envolvendo toda a ICAPIB. Em seguida, apresentaram Rose e Marli, integrantes da equipe da SEMARH, e Marquinho Karajá, presidente da ARPIT. Também apresentaram Joran, representante da PACATU, explicando que o nome significa “para todos” e destacando o trabalho de logística desenvolvido pela empresa. Micael prosseguiu agradecendo a Marli e expressou o desejo de recebê-la um dia no território.

Rose (consultora TOCAR) se apresentou novamente, lembrando que já havia participado das oficinas da ICAPIB, e perguntou se os presentes recordavam dela, no que todos responderam afirmativamente. Disse que aquele era o momento para tirar eventuais dúvidas e reforçou que a equipe estava à disposição para apoiar.

Marquinho Karajá (ARPIT) fez sua apresentação, explicando o papel da ARPIT e destacando que este ano haverá eleição para a presidência da entidade. Ressaltou que o próximo a assumir terá a responsabilidade de dar continuidade à defesa dos interesses dos povos indígenas do Tocantins, enfatizando que a função da ARPIT é articular junto ao governo em prol dos direitos indígenas.

Na sequência, Marli (ponto focal do Estado) agradeceu à equipe presente e se apresentou, compartilhando sua trajetória profissional. Relatou que, desde o início de sua atuação na SEMARH, trabalha com a temática dos créditos de carbono. Destacou que o JREDD+ só funcionará de forma efetiva se houver fiscalização e acompanhamento das próprias comunidades, razão pela qual elas integram o sistema de governança. Ressaltou que, por se tratar de uma política pública, deve ser cobrada, fiscalizada e acompanhada. Para ilustrar, utilizou exemplos do cotidiano, explicando que uma roça sem cuidados não produz, assim como um barco de pesca sem manutenção não funciona. Concluiu desejando uma boa reunião a todos e informou que permaneceria na sala, embora fosse necessário se ausentar em alguns momentos para acompanhar paralelamente uma reunião da CONJABA.

Após essas falas, os caciques e demais lideranças presentes realizaram uma apresentação cultural.

Marli (ponto focal do Estado) desejou a todos um bom e abençoado dia e pediu que um líder espiritual presente realizasse um canto para encaminhar a oficina.

Em seguida, Micael informou que haviam preparado uma apresentação cultural. Os homens da comunidade apresentaram uma dança tradicional, realizada exclusivamente por eles.

Na sequência, Rose (consultora TOCAR) explicou a programação da manhã, destacando que as atividades seguiriam até o horário do almoço, previsto para 12h30. Perguntou quem havia participado das oficinas realizadas em Sandolândia, Lagoa da Confusão ou Formoso, explicando que, naquele momento, fariam uma retomada do que aconteceu nesses encontros realizados em maio. Ressaltou que

aquele era o momento de tirar todas as dúvidas, considerando o tempo que já havia se passado desde a realização das oficinas anteriores. Solicitou que as perguntas fossem feitas em Inyrybe, lembrando que o tradutor estava presente para auxiliar na tradução.

Rose (consultora TOCAR) iniciou questionando se alguém ainda lembrava o significado da sigla REDD+. Alguns responderam “Redução” e ela confirmou, explicando que significa “diminuir”. Em seguida, perguntou sobre o “E” e os participantes responderam “Emissões”. Para exemplificar, explicou que quando se acende uma fogueira e a fumaça sobe, isso significa emitir gases para a atmosfera. Pediu ainda para que o cacique demonstrasse, com o arco e flecha, o movimento de lançamento da flecha, explicando que esse ato também representa o conceito de emitir. Wekuma realizou a tradução.

Durante o diálogo, Márcio (aldeia Barreira Branca) perguntou o que seria a “emissão” dentro do contexto do JREDD+.

Rose (consultora TOCAR) respondeu que se refere aos gases que estão no planeta, explicando que tudo é formado por compostos químicos e que até mesmo uma pedra contém gases. Destacou que as árvores também estocam gases e, quando são derrubadas, liberam esses compostos na atmosfera. Explicou ainda que os bois, ao passarem o dia mastigando capim, liberam gases continuamente. Assim, ressaltou que o JREDD+ aponta que há um excesso de gases de efeito estufa, o que tem contribuído para o aumento das temperaturas, exemplificando que hoje já é possível atravessar o rio Javaé a pé devido ao baixo volume de água.

Rose concluiu explicando que o JREDD+ propõe incentivar e apoiar financeiramente países, povos, comunidades e pessoas que se dispõem a reduzir essas emissões. Contudo, esclareceu que o programa não atua sobre as emissões de carros ou barcos, mas sim sobre as florestas. O objetivo é reduzir as emissões provenientes do desmatamento e da degradação, representados pelas letras “D” da sigla. Por isso, os povos indígenas, comunidades quilombolas e agricultores familiares são considerados o “+” do REDD+.

Amâncio (Cacique Tuxá) disse que a árvore respira como os seres humanos, mas enquanto está viva respira ar poluído e libera ar puro.

Srêwê (ponto focal do Estado) se apresentou, explicou que não havia participado das oficinas anteriores da ICAPB, mas destacou estar feliz em participar da consolidação naquele momento. Ressaltou a importância de compreender o significado da sigla JREDD+. Wekuma fez a tradução de sua fala.

Na sequência, Rose (consultora TOCAR) pediu para reforçar dois pontos. O primeiro foi esclarecer que o JREDD+ não tem como objetivo diminuir a floresta ou reduzir o tamanho de áreas, mas sim diminuir a poluição, que está muito elevada, provocando aumento do calor e o esvaziamento dos rios, fenômenos que ocorrem em todo o planeta. O segundo ponto foi explicar que o JREDD+ traz uma possibilidade concreta de recurso financeiro, resultado da redução das emissões alcançada pelo Tocantins. Rose destacou que essa conquista só foi possível porque

os povos do Estado, com seu modo de vida em equilíbrio com o meio ambiente, e o governo estadual, com ações de fiscalização e investimento, conseguiram reduzir as emissões.

Ela explicou que, entre 2015 e 2019, os níveis de emissões no Tocantins estavam muito altos, registrando cerca de 69 milhões de toneladas de CO₂ lançadas na atmosfera. Já no período de 2020 a 2024, houve uma redução significativa, chegando a 15,3 milhões de toneladas de CO₂. Contudo, lembrou que em 2021 foi implementado um projeto privado de REDD+ na Ilha do Bananal, pela empresa Biofix, que registrou a redução de 2,3 milhões de toneladas de CO₂. Assim, do total de 15,3 milhões, o Estado não pode contabilizar essa parcela, ficando com 13 milhões de toneladas de CO₂ passíveis de negociação. Rose ressaltou que é a partir dessa proporção que está sendo construído o programa jurisdicional JREDD+ do Tocantins.

Em seguida, Srêwê (ponto focal do Estado) apresentou um gráfico com os marcos temporais mencionados por Rose, detalhando visualmente o processo de referência, redução e creditação das emissões.

O professor Wekuma (aldeia Boa Esperança) realizou a tradução para Inyrybe. Nesse momento, surgiram dúvidas a respeito da quantidade de 13 milhões de toneladas de CO₂ mencionada anteriormente.

Rose (consultora TOCAR) explicou novamente como esse cálculo foi feito, destacando que esse número corresponde exclusivamente ao Estado do Tocantins e se refere ao volume de gás, isto é, à quantidade de poluição reduzida.

Edivaldo (aldeia Imotxi 1) pediu para que a explicação fosse repetida.

Rose (consultora TOCAR) retomou o raciocínio. Citou como exemplo o PrevFogo, que é uma ação de REDD realizada pelo Brasil e que integra o “Fundo Amazônia”. Em seguida, detalhou o cálculo dos créditos de carbono, esclarecendo que 1 tonelada de gás carbônico que deixa de ser emitida corresponde a 1 crédito de carbono. Para ilustrar, comparou com o trabalho de limpar a roça do senhor Alcides: uma diária de serviço equivaleria a um crédito de carbono. Assim, o Tocantins possui 13 milhões de créditos gerados.

Rose (consultora TOCAR) explicou ainda que a estimativa de valor de mercado de cada crédito gira em torno de R\$85,00. Dessa forma, realizando um cálculo aproximado, caso tudo avance como previsto no programa jurisdicional, o Tocantins poderá alcançar cerca de R\$1,02 bilhão em créditos de carbono. Ressaltou que esse resultado financeiro refere-se apenas ao período de 2020 a 2022, uma vez que a contabilidade referente aos anos de 2023 e 2024 ainda está em andamento.

Pediu aos participantes que observassem os cartazes afixados na parede, nos quais estavam registradas as ações discutidas nas oficinas anteriores, lembrando que o recurso previsto será destinado justamente a atender essas demandas.

Destacou que esse montante vai para o Estado do Tocantins e, a partir daí, será realizada a repartição de benefícios entre todos que prestam serviços ambientais.

Rose (consultora TOCAR) enfatizou que o JREDD+ busca corrigir uma lacuna histórica, já que os povos indígenas e quilombolas, por não praticarem o desmatamento ou a degradação, não eram contemplados pelas modalidades anteriores de REDD. Ressaltou que não seria justo construir uma política ambiental sem incluir justamente aqueles que preservam a natureza. Por isso, a proposta atual prevê a repartição de benefícios de forma mais abrangente, contemplando indígenas, quilombolas, agricultores familiares, além de pequenos, médios e grandes produtores rurais. Segundo o desenho em discussão, 50% do recurso será destinado ao Estado para aplicação em políticas públicas e fortalecimento institucional, enquanto os outros 50% serão repartidos entre os grupos mencionados, com 25% destinados especificamente aos PIQPCTAF.

Rose (consultora TOCAR) encerrou sua fala afirmando que esse foi um grande resumo do que já havia sido abordado nas oficinas anteriores. Informou que, no período da tarde, o foco seria a sistematização das ações levantadas durante as atividades. A pausa para o almoço ocorreu às 12h35.

Período da tarde

O retorno do almoço ocorreu às 14h40.

Srêwê (ponto focal do estado) retomou as conversas fazendo um apanhado geral do que havia sido discutido na primeira parte do dia. Relembrou os questionamentos sobre a repartição de benefícios e destacou que o REDD+ Jurisdicional é diferente de um projeto privado, pois precisa incluir todos que fazem parte.

A cacica Hatukira perguntou, em relação aos projetos que as comunidades apresentarem, qual seria a porcentagem dos 25% que caberia a cada aldeia para execução. Outra participante acrescentou que havia entendido que a divisão não seria feita por aldeia, mas sim por projeto, de forma que as aldeias que apresentassem suas propostas teriam acesso ao benefício.

Rose (consultora TOCAR) respondeu a uma dúvida sobre o acesso a informações detalhadas do projeto da Biofix, esclarecendo que não detinha esses dados, mas que, em relação ao JREDD+ do Estado do Tocantins, as informações estariam disponíveis nos órgãos que compõem o sistema de governança. Reforçou que os recursos não irão para a conta geral do Estado, mas sim para o Fundo Clima, criado por lei, garantindo continuidade independentemente de mudanças de governo.

Cléia (aldeia Boa Esperança) pediu a palavra para fazer uma observação, ressaltando que os povos indígenas devem ser protagonistas do programa e, portanto, precisam apresentar uma contraproposta sobre a repartição de benefícios. Rose concordou, acrescentando que essa contraproposta deve vir acompanhada de

justificativas sólidas e fundamentadas, para que seja compreendido o raciocínio que levou ao valor sugerido.

O cacique Paulo afirmou que entende a ICAPIB como uma entidade que funciona como um grande guarda-chuva para as comunidades, mas lembrou que cada uma possui suas próprias entidades jurídicas, ainda que enfrentem dificuldades contábeis, administrativas e de gestão.

Rose (consultora TOCAR) respondeu que o JREDD+ é um programa de Estado, uma política construída para os povos do Tocantins, mas que ainda não está totalmente garantido — pode ou não acontecer. Foi enfática ao dizer que o programa não é perfeito e que não vai deixar ninguém rico. Explicou que a lógica do JREDD+ é possibilitar a continuidade de atividades como soja, milho e pecuária, mas também reconhecer e valorizar os povos tradicionais. Ressaltou que, considerando a existência de cerca de 20 mil indígenas e 42 mil produtores agrícolas, se a divisão fosse feita por pessoa os valores seriam irrisórios. Por isso, a proposta de acesso coletivo, por meio das associações, é a mais viável. Lembrou que não é a ICAPIB nem a CONJABA que vão receber os recursos diretamente, mas sim as associações das aldeias, sem necessidade de qualquer autorização dessas entidades maiores.

Apontou para os cartazes com as ações registradas nas paredes, lembrando que foram discutidas em maio, mas que certamente, com o passar do tempo, as prioridades poderiam ter mudado. Reforçou que isso faz parte do caráter dinâmico de uma política pública. Perguntou se a repartição de benefícios pode ser considerada justa; disse que ainda não se sabe, porque não foi experimentada, mas que, dentro dos critérios da cartilha do JREDD+, ela está bem desenhada e pode trazer resultados coletivos significativos.

A cacica Hatukira questionou se as propostas estarão contempladas nos editais.

Rose (consultora TOCAR) confirmou, explicando que os editais serão direcionados a cada grupo de beneficiários. Exemplificou que poderá haver um edital específico para geração de renda voltado aos povos indígenas. Mencionou o papel da CEVAT em fiscalizar e validar os resultados da consulta pública do JREDD+, o que permitirá a liberação dos editais. Explicou ainda que haverá um escritório para auxiliar as comunidades na elaboração de projetos, adaptado à realidade de cada território, chamado Unidade de Gestão de Projeto (UGP).

Arakawe pediu a fala, ressaltando que a discussão estava focada excessivamente nas porcentagens. Compartilhou a experiência do Mato Grosso, destacando que o projeto foi construído para atender a realidade de cada aldeia. Reforçou a importância de ouvir todos, para que o protagonismo indígena seja efetivo. Relatou o caso de uma roça de toco implementada em Mato Grosso, respeitando o costume local, que teve resultados positivos. Disse acreditar que é preciso confiar no processo e, em sua perspectiva, pretende preparar para sua aldeia um projeto de roça voltado para garantir a alimentação saudável da comunidade.

Ricardo (SEPOT) pediu para reforçar a ideia de governança na língua Inyrybe, para que ficasse bem clara a todos. Disse que, pelo que havia compreendido, dos 15 assentos da CEVAT, 11 apoiam fortemente os povos indígenas, o que representa uma força significativa nesse sistema de governança. O cacique Paulo afirmou ter entendido que o Fundo Clima é uma política de Estado e não de governo, por isso não correria o risco de ser interrompido.

Rose (consultora TOCAR) perguntou quais tipos de projetos o Fundo Clima não aprovaria e, como resposta, foi dito que seriam projetos que poluem ou degradam o meio ambiente. Ricardo complementou esclarecendo que o recurso não iria para o bolso dos caciques, mas sim para as associações. Em seguida, Rose explicou que, no caso de prestações de contas reprovadas, a análise seria feita pela CEVAT, destacando a importância de um cuidado redobrado antes da execução de cada projeto para evitar problemas. Deu como exemplo a realização de festivais: os editais lançados contemplariam apenas os custos relacionados, como alimentação e combustível. No entanto, caso de um ano para o outro o festival recebesse mais aldeias convidadas, seria necessário prever, já no projeto, os custos adicionais de infraestrutura.

Martielle (aldeia Boa Esperança) disse ter entendido que qualquer associação teria o direito de acessar o recurso, citando como exemplo a associação da brigada, e perguntou se esta poderia apresentar um projeto voltado para agricultura.

Rose (consultora TOCAR) respondeu que caberia à própria associação definir suas prioridades de projeto.

Martielle (aldeia Boa Esperança) acrescentou que os brigadistas só são remunerados por seis meses ao ano e que os projetos poderiam contribuir para viabilizar remuneração no período restante.

Valdemir questionou se o programa aconteceria mesmo que a maioria não quisesse participar. Afirmou ainda que havia entendido que os próprios povos iriam elaborar seus projetos, considerando isso uma boa oportunidade, mas disse sentir tristeza pelo fato de muitos caciques ainda não compreenderem bem o programa e não participarem.

Marli (ponto focal do Estado) explicou que destinar 25% do recurso ao acompanhamento dos projetos e à prestação de contas não é tarefa fácil. Relatou que a principal preocupação do Estado, ao pensar no programa, era justamente garantir que os recursos chegassem às comunidades. Por isso, foram convidadas pessoas como Rose, com experiência em outros programas de REDD+, para evitar a repetição de erros anteriores. Destacou outra preocupação: que os recursos não causassem conflitos internos. Ressaltou, portanto, a importância de que as próprias comunidades escrevam seus projetos, evitando competição entre si. Exemplificou com a situação de um grupo de mulheres que, ao procurar a associação, solicitasse um projeto de artesanato com foco em capacitação, aquisição de materiais e ferramentas, e em estratégias de comercialização na cidade. Segundo ela, esse tipo de planejamento é trabalhoso, mas viável dentro do modelo de projetos proposto.

Antes da pausa para o lanche, Rose (consultora TOCAR) explicou que, na volta, seriam revisitados os painéis das oficinas, para que os participantes definissem o que deveria ser considerado prioridade no primeiro ano do JREDD+. A pausa ocorreu às 16h15.

O retorno do lanche foi às 17h05. Como a energia havia caído, os participantes aproveitaram o momento para escolher os dois representantes da ICAPIB que participariam da audiência pública em Palmas. O processo foi conduzido pelas próprias lideranças das aldeias e encerrou-se às 17h50, resultando na escolha de Raabe e Wakama como representantes. Em seguida, os participantes voltaram à atividade de consolidação das ações discutidas nas oficinas realizadas em maio.

Rose (consultora TOCAR) agradeceu a disposição de todos em participar e explicou mais uma vez que, nessa etapa, seriam apenas retiradas as ações repetidas dos registros. Informou que todo o conteúdo seria organizado em um documento e que, no dia seguinte, seria feita a leitura do material, além da apresentação dos representantes da ICAPIB e da CONJABA. Solicitou também os nomes dos que ficariam hospedados na pousada. Ao final, agradeceu a presença de todos e parabenizou o grupo pelo trabalho realizado.

A oficina foi encerrada às 18h15.

IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS - ICAPIB

1) Fortalecimento Institucional (Responsabilidade do Estado)

- Fiscalizar o uso da água pela irrigação (Estado);
- Fiscalização de produtores e da água que vai para o rio;
- Maior fiscalização da outorga de água do rio (diminuição do fluxo de água) captação de grandes volumes;
- Fiscalização do uso de agrotóxico;
- Fortalecimento institucional do Naturatins;
- Fortalecimentos de relações institucionais (municípios, Estado, Federal), encontros e seminários;
- Museu para promoção da cultura do povo Javaé no município;
- Ponto de apoio para venda de artesanato no município;
- Parceria com Ruraltins;
- Manutenção das estradas;
- Ampliação e reforma das escolas e construção de escolas (infantil, creche, fundamental, médio e técnico);
- Instalação de ar condicionado nas escolas;
- Fiscalização

2) Geração de renda e produção

- Tanques para peixes (piscicultura), criação de peixes em lago, entre outros projetos de piscicultura e manejo de pesca esportiva;
- Criação de abelhas;
- Roças comunitárias (agroflorestas, frutas);
- Hortas comunitárias (escolas, comunidades, sistemas mandala);

- Casas de farinha (equipadas, plantio e roças);
- Hortaliças;
- Instalação de bases para turismo, ecoturismo, marketing para turismo;
- Organização e fortalecimento de uma brigada para ICAPIB;
- Ampliar a atenção das brigadas na Ilha do Bananal;
- Plantio de árvores frutíferas;
- Projeto de reflorestamento para áreas degradadas na ilha e fora, recuperação dos rios e lagos;
- Estudo de capacidade de retirada da água do rio;
- Criar aceiros;
- Resgate das sementes crioulas;
- Plantio orgânico;
- Manejo de gado indígena;
- Plantio de mandioca e produção de farinha;
- Produção de açaí;
- Pequena agroindústria de produtos locais (muruci, açaí, pequi);
- Fortalecimento do artesanato resgatando os conhecimentos e saberes dos anciãos;
- Implantação e fortalecimento do etnoturismo, visando resgatar a história das terras indígenas Iny Webohony;
- Ecoturismo de observação dos animais (aves);
- Projeto de manejo sustentável do pirarucu e infraestrutura para o processamento, comercialização e certificação (selo);
- Cercado em volta das roças;
- Criação de abelhas, avicultura (galinha), criação e preservação de tartarugas, manejo de quelônios (tartarugas);

3) Capacitação

- Formação de comunidades jovens;
- Fortalecer ações para artesanato (centro de formação, comercialização);
- Programas de capacitação para jovens, ampliar as oportunidades de estudo para jovens Javaé, projetos ambientais para os jovens;
- Educação ambiental sobre o fogo para os fazendeiros;
- Saber tradicional sobre fogo para a comunidade ao redor;
- Curso de biojoias;
- Curso de línguas estrangeiras;
- Capacitação para guardião da floresta;
- Formação de guardas ambientais;
- Capacitação para o ecoturismo e etnoturismo;

4) Vigilância Territorial

- Equipamentos, controle de acesso à terra indígena (câmeras, drones, etc);
- Implantar fiscalização fixa na ilha (parcerias com IBAMA, FUNAI, Naturatins) envolvendo os indígenas com capacitação e oportunidades;
- Agente agroflorestal indígena, agentes ambientais indígenas;
- Vigilância indígena;
- Limpeza do lixo e organização da aldeia (coleta nas aldeias, contratação de garis indígenas);

- Capacitação, criação e provimento de equipamentos para as brigadas;

5) Fortalecimento Cultural

- Esportes, campeonato de futebol, ações esportivas, esporte e lazer, valorização dos esportes culturais;
- Fortalecimento da arte, língua, pintura, artesanato, enfeites, festas (Hetohoky), cantos;
- Proteção de cemitérios e locais sagrados;
- Pesca tradicional;
- Fortalecimento da medicina indígena natural;
- Incentivo e fortalecimento das comidas tradicionais;
- Penas para artesanato (arara, jaburu e colhereiros);
- Criação de museus nas aldeias;
- Valorização, resgate e registro dos saberes dos mais velhos;

6) Fortalecimento das entidades

- Criação de associação das mulheres Iny;
- Estrutura adequada para associação;
- Fortalecer as entidades representativas dos povos indígenas;
- Ações para visitar outros projetos e aldeias;
- Apoiar ICAPIB no evento ATL;

7) Conservação/Preservação

- Brigadas permanentes para ilha do bananal (equipadas e remuneradas);
- Projeto de lixo nas aldeias (sensibilização das comunidades), tratamento de lixo, coleta seletiva;
- Recuperação de lagos de valor ancestral na ilha (berçários);
- Reflorestar matas ciliares;
- Manejo do rio Javaé (limpeza de cabeceiras, coleta de lixo no entorno do rio, sensibilização da comunidade da importância do rio);
- Desassoreamento de rios e lagos;
- Produção de derivados, plantio e manejo de babaçu, tucum, urucum;
- Mudanças de plantas (viveiros de espécies nativas);
- Combater seca no território;
- Manejo da fauna;

8) Infraestrutura (responsabilidade do Estado)

- Saneamento, encanamento, banheiros;
- Melhorar a energia solar e instalar mais placas (energia convencional também);
- Galpão para eventos e atendimentos comunitários;
- Moradia;
- Transporte, veículos e embarcações (barcos e motores de popa, voadeiras e combustível);
- Internet de qualidade;
- Melhorar condições de acesso a veículos na ilha entre aldeias;
- Melhorar estradas para comunidade;
- Implementar posto de saúde em cada aldeia Javaé (com remédios);
- Água filtrada (tratamento, caixas e reservatórios), poço artesiano;

- Equipamentos de informática;
- Irrigação de plantas;
- Transporte terrestre e aquático;
- Roça mecanizada;
- Balsa comunitária;
- Estrutura para associação;
- Infraestrutura para ecoturismo e etnoturismo;
- Criação do centro de recebimentos dos turistas e ponto de apoio para os artesãos (todas as modalidades de turismo de baixo impacto);
- Aquisição de transporte para o povo Iny;
- Academia e espaço para atividades físicas e esportes (quadra poliesportiva);
- Heliporto na aldeia Wajurabu (não tem acesso no inverno);

9) Políticas públicas e fiscalização (responsabilidade do Estado)

- Compensação das aldeias pelos impactos dos projetos e barragens;
- Participação nos conselhos de bacias;
- Fiscalização das outorgas de água;
- Criação de casa de apoio para mulheres vítimas de violência;

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

DIA 01: QUINTA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 2025



Abertura com fala dos representantes do Estado e lideranças indígenas



Apresentação cultural



Apresentação do conteúdo



Votação para escolha dos representantes



Representantes escolhidos



Consolidação das ações



Dinâmica para consolidação das ações